



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
GABINETE DO SECRETÁRIO  
ASSESSORIA TÉCNICO-POLICIAL

49053-2013.11

CONVÊNIO GS/SSP-ATP Nº

129/13.

DSE Convênio nº

69/2013

*Convênio que entre Si celebram o Estado de São Paulo e o Município de **BOTUCATU**, visando à implantação do Programa de Combate às Atividades Irregulares ou Ilegais no Município, com a atuação de policiais militares.*

Pelo presente instrumento, o Estado de São Paulo, doravante denominado ESTADO, por meio da Secretaria da Segurança Pública, neste ato representado pelo Titular da Pasta, **Dr. FERNANDO GRELLA VIEIRA**, com a interveniência da Polícia Militar, com sede na Praça Coronel Fernando Prestes nº 115, nesta Capital, representada neste ato pelo seu Comandante Geral, **Cel PM BENEDITO ROBERTO MEIRA**, nos termos do artigo 1º, inciso II do decreto nº 56.875 de 24 de março de 2011, e o Município de Botucatu, doravante denominado **MUNICÍPIO**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **JOÃO CURY NETO**, conforme autorização contida no artigo 1º, da lei Municipal nº 5246, de 03 de maio de 2011 e, nos termos do artigo 52, inciso XIV, da lei Orgânica do Município, com fundamento no artigo 116 da lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas legais e regulamentares vigentes, por este e na melhor forma de direito, resolvem celebrar o presente convênio, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

##### Do Objeto

O presente convênio tem por objeto a conjugação de esforços para implantar o Programa de Combate às Atividades Irregulares ou Ilegais no Município com a atuação de policiais militares, munidos do equipamento de proteção individual, em escala especial, em locais e ações a serem especificados no Plano de Trabalho, mediante delegação compartilhada das atribuições previstas na legislação municipal relacionada no Anexo I, referentes ao combate ao Comércio Irregular ou Ilegal, à Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais (bares, lanchonetes, hotéis desmanches, ferro velhos e afins); comércio ambulante; poluição sonora e fiscalização Municipal de trânsito no Município de Botucatu.

§ 1º - Para fins deste convênio, a participação do militar estadual dar-se-á nos termos definidos pela Polícia Militar do Estado de São Paulo sendo direcionada exclusivamente à





SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
GABINETE DO SECRETÁRIO  
ASSESSORIA TÉCNICO-POLICIAL

149053-2013-11

DSE Convênio nº 169/2013

atividade objeto deste convênio.

§ 2º - A execução do objeto do convênio processar-se-á consoante Plano de Trabalho, previamente ajustado entre a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo - SSP e o Gabinete do Prefeito.

## CLÁUSULA SEGUNDA

### Das Obrigações Comuns e Específicas dos Partícipes

Para a execução do presente convênio, o **ESTADO** e o **MUNICÍPIO** terão as seguintes obrigações:

I - caberá ao **ESTADO** e ao **MUNICÍPIO**, em cooperação:

a) estabelecer os critérios necessários ao estabelecimento do presente ajuste, mediante Plano de Trabalho, visando facilitar a implantação do Programa referenciado, garantindo a operacionalização no padrão e qualidade adotados tanto pela Polícia Militar do Estado de São Paulo (**PMESP**), quanto pelo **MUNICÍPIO**, o que for mais restritivo;

b) manter permanentemente uma Comissão Paritária de Controle do Programa referenciado, composta por integrantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo (**PMESP**) e da Secretaria Municipal da Segurança Comunitária (**Gabinete do Prefeito**) com responsabilidade pelo acompanhamento da execução do presente convênio nos níveis acordados, e, primordialmente, pela solução de problemas não previstos;

c) estabelecer as diretrizes administrativas técnicas e operacionais e promover assessoria mútua nos assuntos que houver necessidade, inclusive quanto ao treinamento do pessoal escalado para atuar no Programa referenciado;

d) propor a reformulação do Plano de Trabalho desde que não implique mudança do objeto deste convênio;

e) atestar a perfeita regularidade da parceria, propondo, se for o caso, as medidas que se mostrarem pertinentes frente a eventuais irregularidades constatadas;

f) cumprir as diretrizes e normas técnicas expedidas para implementação e operacionalização do Programa em questão, bem como proceder à uniformização dos procedimentos recíprocos, respeitadas as atribuições e competências constitucionais e legais dos órgãos envolvidos.

II – caberá ao **ESTADO**:

a) fornecer aos policiais militares empenhados no Programa os Equipamentos de Proteção Individual (EPI), armamentos e outros meios necessários para o desenvolvimento desta modalidade de policiamento;







SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
GABINETE DO SECRETÁRIO  
ASSESSORIA TÉCNICO-POLICIAL

149053-2013.11

DSE Convênio nº 169/2013

b) arcar com custos e despesas para a realização do objeto deste convênio relacionadas à aquisição e disponibilização de viaturas, a respectiva manutenção veicular, o fornecimento de combustível e quaisquer outros dispêndios relacionados à operacionalização do Programa, com exceção à remuneração dos policiais militares pelas horas trabalhadas;

c) autorizar o emprego e a utilização do suporte administrativo e operacional da **PMESP** necessários ao funcionamento deste convênio;

d) dispor do acesso ao Centro de Operações da Polícia Militar (COPOM) para comunicação de emergências e imediatas providências para atendimento de ocorrências de segurança pública, prestação de socorro a vítimas e outras que gerem a necessidade de apoio ao policiamento;

e) acompanhar e supervisionar a implantação e o desenvolvimento do Programa referenciado em todas as suas etapas;

f) selecionar, treinar, capacitar e promover cursos de capacitação específica e atualização aos policiais militares escalados para atuação nesta modalidade de policiamento, bem como promover a orientação aos servidores e funcionários do Gabinete do Prefeito;

g) elaborar relatórios e estatísticas contendo os resultados obtidos com a execução deste convênio;

h) criar procedimentos para informações ao Gabinete do Prefeito de ocorrências que poderão causar repercussão, bem como promover a interação com seus integrantes visando à conjugação de esforços para o aprimoramento deste convênio.

i) garantir a continuidade da prestação de serviço, salvo em situações excepcionais de grave perturbação da ordem pública.

III – caberá ao **MUNICÍPIO**, por intermédio do Gabinete do Prefeito:

a) coordenar as ações necessárias para efetivação do presente convênio, com participação direta e efetiva da **PMESP** das tratativas que forem desencadeadas para a implantação do objeto do convênio nos locais onde será implantado o Programa;

b) fornecer as informações necessárias para a instalação e operacionalização do Programa;

c) permitir o compartilhamento de dados, informações e imagens que porventura sejam necessários ao Programa referenciado;

d) disponibilizar total infraestrutura necessária para orientação a ser ministrada pela **PMESP** aos integrantes funcionais da Secretaria Municipal de Governo - Gabinete do Prefeito no tocante aos objetivos do Programa objeto deste convênio;





SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
GABINETE DO SECRETÁRIO  
ASSESSORIA TÉCNICO-POLICIAL

149053-2013

DSE Convênio nº 169/2013

e) permitir o uso dos imóveis de domínio do **MUNICÍPIO** para depósito de material, eventualmente, apreendido na execução do objeto deste convênio, sem prejuízo da edição dos respectivos decretos e da formalização dos termos de permissão de uso.

f) apontar os locais e ações que necessitem prioritariamente da presença permanente e estratégica da atuação policial, ficando a cargo da **PMESP** avaliar tecnicamente o pedido e a efetivação da presença policial militar no local indicado;

g) depositar, mensalmente, o valor correspondente às horas efetivamente trabalhadas em contas bancárias dos policiais envolvidos na operação, conforme escala/relação apresentada pelo Comando da Polícia Militar.

### CLÁUSULA TERCEIRA

#### Da remuneração pelo Desempenho de Atividade Delegada

I – O desempenho de Atividade Delegada será remunerado, para este convênio, nos seguintes valores:

a) aos Oficiais da PMESP de R\$ 17,50 (dezessete reais e cinquenta centavos) por hora trabalhada.

b) aos Subtenentes e Sargentos da PMESP de R\$ 15,00 (quinze reais) por hora trabalhada

c) aos Cabos e Soldados da PMESP de R\$ 13,38 (treze reais e trinta e oito centavos) por hora trabalhada.

II – A Polícia Militar encaminhará à Comissão Paritária de Controle planilhas com o número de horas despendidas por militar estadual no exclusivo exercício da atividade delegada, bem como o montante total de acordo com os valores fixados no item anterior, para viabilizar o pagamento da remuneração por desempenho de atividade delegada.

III – Atestada pela Comissão Paritária de Controle, a remuneração pelo desempenho das atividades delegadas mencionadas no item anterior, será feita pelo Município, através de depósitos mensais em contas bancárias dos policiais envolvidos na operação, conforme escala/relação apresentada pelo Comando da Polícia Militar, cujo valor mensal total será de até R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), corrigidos anualmente, tomando-se por base o IPC-A (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) do IBGE, considerando-se o mês de janeiro do exercício em relação ao mês de fevereiro do ano anterior.

IV – Os policiais militares não terão nenhum vínculo trabalhista com o **MUNICÍPIO** e todos os encargos acidentários e previdenciários correrão por conta do **ESTADO**.







SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
GABINETE DO SECRETÁRIO  
ASSESSORIA TÉCNICO-POLICIAL

149053-2013

07

**CLÁUSULA QUARTA**  
**Do Controle e da Fiscalização**

DSE Convênio nº 169/2013

I – Compete ao **MUNICÍPIO**, através da Secretaria Municipal de Governo (Gabinete do Prefeito) a prerrogativa de conservar a autoridade normativa e exercer o controle e a fiscalização sobre a execução do presente convênio, respeitadas as normas operacionais da Polícia Militar.

II – Para efeito de acompanhamento da execução do presente ajuste os partícipes terão os seguintes representantes, em comissão paritária:

a) do **ESTADO**: dois Oficiais Superiores do 12º BPM/I, indicados pelo Comando de Policiamento de Interior-7;

b) do **MUNICÍPIO**: dois servidores da Secretaria Municipal de Governo indicados pelo Prefeito Municipal.

Parágrafo único – A Presidência da Comissão caberá ao servidor municipal assim designado pelo Prefeito Municipal, que terá voto qualificado nas deliberações colegiadas.

III – À Comissão Paritária referida no inciso anterior incumbirá:

a) propor alterações no Plano de Trabalho;

b) acompanhar a execução do convênio;

c) avaliar a quantidade necessária de efetivo para o desempenho da Atividade Delegada e encaminhá-la ao Comando do 12º BPM/I;

d) conferir a atuação de pessoal disponibilizado pela Polícia Militar, atestando o número de horas despendidas por cada militar estadual no exclusivo exercício da Atividade Delegada, bem como o montante total a ser depositado nas contas bancárias dos Policiais Militares empregados, de acordo com os valores previstos na Cláusula Terceira;

e) propor as adequações que se fizerem necessárias.

**CLÁUSULA QUINTA**  
**Da Prestação de Contas**

I – Os partícipes prestarão contas aos seus órgãos internos de controle e ao Tribunal de Contas do Estado, na forma da lei.

**CLÁUSULA SEXTA**  
**Da Apuração de Responsabilidade Civil por Danos**

I – Os partícipes deverão apurar, na forma de sua legislação própria, eventuais





SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
GABINETE DO SECRETÁRIO  
ASSESSORIA TÉCNICO-POLICIAL

149053-2013.11

DSE Convênio nº 169/2013

danos causados aos bens do outro partícipe colocados à sua disposição, cientificando-o da decisão.

II – Cada partícipe responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, nos termos do art. 37, § 6º, da Constituição Federal.

### **CLÁUSULA SÉTIMA**

#### **Da Vigência, da Rescisão e da Denúncia**

I – O presente convênio vigorará pelo prazo de 1 (um) ano, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de cinco anos, mediante termo específico e acordo mútuo entre os partícipes.

§ 1º - Este convênio será rescindido por infração legal ou descumprimento de suas cláusulas.

§ 2º - Este convênio poderá ser denunciado, por desistência unilateral ou consensual, mediante aviso escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, imputando aos convenientes as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenham vigido e creditando-se-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

### **CLÁUSULA OITAVA**

#### **Da Revisão e do Aditamento**

I – Havendo legislação superveniente ou interesse dos partícipes, mediante solicitação escrita, este convênio poderá ser revisto ou aditado, desde que mantido seu objeto.

### **CLÁUSULA NONA**

#### **Dos Recursos Financeiros**

I – O presente convênio não implicará em repasse de recursos financeiros entre os partícipes, sendo que as despesas dele decorrentes onerarão as dotações próprias dos respectivos orçamentos estadual e municipal.

### **CLÁUSULA DÉCIMA**

#### **Das Disposições Comuns**

I – As dúvidas que eventualmente surgirem na execução do presente convênio, assim como as divergências e casos omissos, serão dirimidos pela Comissão Paritária de Controle estabelecida na forma da Cláusula Quarta.







149053-2013.11

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
GABINETE DO SECRETÁRIO  
ASSESSORIA TÉCNICO-POLICIAL

**CLÁUSULA PRIMEIRA**  
**Do Foro**

DSE Convênio nº 169/2013

08/

I – Fica eleito o Foro da Comarca da Capital para dirimir as questões decorrentes da execução deste Convênio, que não forem resolvidas na forma prevista na cláusula anterior.

E, para constar, foi lavrado o presente termo, em 3 (três) vias, digitadas apenas no anverso, assinadas pelos partícipes, na presença das duas testemunhas abaixo nomeadas e assinadas, para que surtam todos os efeitos legais.

São Paulo, 12 de NOVENBRO de 2013.

**FERNANDO GRELLA VIEIRA**  
Secretário da Segurança Pública

**JOÃO CURY NETO**  
Prefeito Municipal

**BENEDITO ROBERTO MEIRA**  
Coronel PM – Comandante Geral da Polícia Militar

**TESTEMUNHAS:**

Nome: Artur Costa Teixeira  
RG: 9066 574  
CPF: 013666 788-11

Nome: Artur Costa Teixeira  
RG: 14.920.102  
CPF: 112.248.018-00



EXTRATADO EM 12/11/2013  
PUBLICADO EM 13/11/2013  
RETIFICADO EM / /



## Desenvolvimento Social

### GABINETE DO SECRETÁRIO

**Despacho do Secretário, de 05-11-2013**  
 Processo: SEADS 081/2010 Vols. IV  
 Interessado: DRADS Avaré  
 Assunto: Locação de Microcomputadores  
 Despacho: À vista dos elementos que instruem o Processo, acolhendo como razão de decidir, DECLARO RESCINDIDO o contrato firmado entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social de Avaré e a Empresa Welcomp Tecnologia e Informática LDA, inscrita no CNPJ 09.000.678/0001-49, em 05-08-2013, pelos motivos a seguir:

a) descumprimento, pela contratada, das obrigações previstas na Cláusula sétima, incisos I, IV, X, XIII, quanto à execução do serviço nos prazos e condições estabelecidos, ensejando, nos termos da Cláusula Décima Terceira, a rescisão do ajuste.

b) Rescindido o contrato, respeitado o princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa, fica a contratada sujeita ao impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública por até 05 anos conforme preceitos o art. 7º da Lei 10.520/02, além de multa sobre parte da obrigação não cumprida, bloqueio de senha de acesso e descredenciamento dos sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Estadual, inscrição da penalidade em SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 3º do Decreto 48.999/04) e inscrição no CADIN, como prevê a legislação, o edital e o contrato.

### COORDENADORIA DE AÇÃO SOCIAL

### DIRETORIA REGIONAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE SOROCABA

#### Extrato de Convênio

Processo SEDS 517/2013 - Decreto 52.872 de 04-04-2008 - Conveniente: Secretaria de Desenvolvimento Social - Conveniada: Associação Itana de Assistência aos Deficientes Visuais Escola de Cegos Santa Luzia - Município: Itu - Objeto: Transferência de Recursos Financeiros para Aquisição - Valor: Total de R\$42.000,00, sendo R\$40.000,00 de responsabilidade do Estado e R\$2.000,00 de responsabilidade da Conveniada - Operando a U.O. 35001, U.G.O. 350010, U.G.E. 350101, P.T. 08.244.3512.1825.0000, Natureza de Despesa 44.504-2 - Vigência: 07-11-2013 a 05-05-2014 (180 dias) - Data da Assinatura: 07-11-2013.

### DIRETORIA REGIONAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE CAMPINAS

#### NÚCLEO DE CONVÊNIOS

##### Extrato de Termos de Convênio

Processo SEDS 646/2013 - Conveniente: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - Conveniada: ASSISTENCIA AOS IDOSOS DESAMPARADOS DE ARTUR NOGUEIRA - AIDAN - Município: Artur Nogueira - Decreto 52.872 de 04-04-2008 e do despacho publicado no D.O. de 01-10-2013 - Objeto: Aquisição de Móveis - Valor Total: R\$ 53.160,00 sendo R\$ 50.000,00 de responsabilidade do Estado e R\$ 3.160,00 de responsabilidade do Conveniado - Elemento Econômico: Publicando - Programa de Trabalho 08.244.3512.1825.0000 - Vigência de 180 dias a contar da data da assinatura - Assinatura: 31-10-2013

Processo SEDS 398/2012 - Conveniente: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - Conveniada: LAR ASSISTENCIAL AO IDOSO SÃO VICENTE DE PAULA DE JOANÓPOLIS - Município: Joanópolis/SP - Decreto 52.872 de 04-04-2008, alterado pelo Decreto 58.690 de 11-12-2012 e do despacho publicado no D.O. de 07-12-2012 - Objeto: Aquisição de equipamentos para lavanderias, eletrodomésticos, móveis e bedspread - Valor Total: R\$ 50.048,00 sendo R\$ 50.000,00 de responsabilidade do Estado e R\$ 48,00 de responsabilidade do Conveniado - Elemento Econômico: 44.504-01 - Programa de Trabalho 08.244.3517.5530.0000 - Vigência de 180 dias a contar da data da assinatura - Assinatura: 21-12-2012

### DIRETORIA REGIONAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE FRANCA

#### NÚCLEO DE CONVÊNIOS

##### Extrato de Convênio

Processo SEDS 671/2013. Decreto 52.872 de 04/04/08 e despacho publicado no D.O. de 01-10-2013. Conveniente: Secretaria de Desenvolvimento Social. Conveniado: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO JOAQUIM DA BARRA. Objeto: Transferência de recursos financeiros para aquisição de equipamentos diversos. Valor total: 30.129,00 sendo R\$ 12,900 de responsabilidade da Conveniada e R\$ 30.000,00 de responsabilidade do Estado operando o P.T.: 08.244.3513.1825.0000. UO.: 35001. UGO.: 350010. UGE.: 350101. Natureza da Despesa: 44.504-01. Vigência: 180 dias contados da data de sua assinatura. Data de assinatura: 21-10-2013.

### DIRETORIA REGIONAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE FERNANDÓPOLIS

#### Extrato de Termo de Convênio

Processo SEDS 865/2013  
 Autorização Governamental: Decreto 52.872, de 04-04-2008  
 Conveniente: Secretaria de Desenvolvimento Social  
 Conveniada: Prefeitura Municipal de Pedranópolis  
 Município: Pedranópolis/SP  
 Valor do Convênio: R\$ 30.000,00, para Aquisição  
 Vigência: 180 dias, contados da data da assinatura  
 Data de assinatura: 04-11-2013

#### Extrato de Termo de Convênio

Processo SEDS 514/2013  
 Autorização Governamental: Decreto 52.872, de 04-04-2008  
 Conveniente: Secretaria de Desenvolvimento Social  
 Conveniada: Comunidade das Famílias São Pedro  
 Município: Fernandópolis/SP  
 Valor do Convênio: R\$ 30.000,00, para Aquisição  
 Vigência: 180 dias, contados da data da assinatura  
 Data de assinatura: 05-11-2013

## Emprego e Relações do Trabalho

### GABINETE DO SECRETÁRIO

**Despacho do Secretário, de 05/11/13**  
 Autorizando em caráter excepcional, nos termos dos §§ 2º e 3º do artigo 8º do Decreto 48.292/03, a servidora Sílvia Inez Machado, RG 5.362.067, Assistente Técnico II, lotada na Sede da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho - Coordenação de Políticas de Emprego e Renda, a perceber, a título de diárias, quantia superior a 50% de sua retribuição mensal, respeitado o limite correspondente a 1 (uma) vez a sua respectiva retribuição mensal, referente ao mês de novembro/2013, com o objetivo de participar das Capacitações dos membros das Comissões Municipais de Emprego nas regiões de: Piracicaba, Marília, Ourinhos, Sorocaba, Araçatuba e Bauru.

### DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

**Extrato de Termo de Aditamento**  
 Processo SERT 020/2011  
 Contrato 029/2011  
 Contratante: Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho  
 Contratada: Rapid-X Distribuidora e Serviços Ltda  
 Objeto: Prestação de Serviços de Copa  
 Valor para o período de 12 meses: R\$ 53.823,48  
 Prazos de Vigência: 30-11-2013 a 29-11-2014  
 Data de Assinatura: 30-10-2013

### CENTRO DE FINANÇAS

#### Comunicado

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal 8666/93 de 21.06.93, solicitamos o pagamento e a exclusão da Ordem Cronológica com: Diárias, Frente de Trabalho, Contrato, Utilidade Pública e Aluguel

Centro de Finanças  
 PDS a serem pagas  
 230001  
 Data: 12-11-2013

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
230101	2013PD00551	366,09
230101	2013PD00552	1.159,845
230101	2013PD00553	382,07
230101	2013PD00555	2.329,06
TOTAL		1.162.922,22

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
230102	2013PD00845	68,33
230102	2013PD00857	3.264,65
230102	2013PD00858	1.874,87
230102	2013PD00859	4.375,69
230102	2013PD00860	4.727,36
230102	2013PD00861	18,90
TOTAL		14.329,80
TOTAL GERAL		1.177.252,02

## Segurança Pública

### GABINETE DO SECRETÁRIO

**Resolução SSP-167, de 11.11.13**  
 Port. GS-1451/713  
 Da nova redação ao § 2º, do art. 4º da Resolução SSP-182/2008

O Secretário da Segurança Pública de São Paulo, resolve: Art. 1º - O art. 4º, § 2º, da Resolução SSP-182, de 22-08-2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º [...] § 1º [...] § 2º - Questões relacionadas a noções de Direito - com ênfase em Direitos Humanos - e de Criminologia, conhecimentos em Informática e Lógica são obrigatórios para todas as carreiras.

§ 3º [...] Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições que lhe forem contrárias.

**Despachos do Secretário, de 12/11/13**  
 No Processo - GS-2590/10 - Partes Convenientes - O Estado de São Paulo, por sua Secretaria da Segurança Pública e o Município de Americana - Nos termos da manifestação da Assessoria Técnico-Policial da Pasta, que aprova, em vista do Parecer 3257/13 e Despacho cinº de fls. 326/237, da Consultoria Jurídica desta Pasta, e face as alegações da Superintendência da Polícia Técnico-Científica, onde aponta irregularidades na execução do ato no cumprimento das obrigações assumidas por ocasião da celebração do Convênio GSSP/ATP-80/11, considero rescindido referido ajuste, firmado em 14-06-2011, nos termos de sua Cláusula Sétima.

Data da assinatura - 12-11-2013  
 No Processo GS 852/12 - Pte. 13 - Presidente Ten Cel PM Deodéciano Borella Júnior - À vista da manifestação da Assessoria Técnico-Policial desta Secretaria, Prorrogo por mais 20 dias, a contar de 10-11-2013, o prazo para a conclusão do Conselho de Justificação instaurado pela Resolução SSP de 10/09/12 e publicada no D.O. de 11/09/12, em que figura como justificante o Cap PM 884131-4 Marcelo Gimenez Bernardes da Silva, nos termos do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal 5.836 de 05/12/72, aplicável à espécie por força do disposto no art. 3º da Lei Estadual 186 de 14/12/73.

**Extratos de Convênios**  
 CONVÊNIO GSSP/ATP-129/13  
 Processo Protocolo ATP GS 4887/12  
 Partes Convenientes - O Estado de São Paulo, por sua Secretaria da Segurança Pública e o Município de Botucatu.  
 Objeto - Implantação do Programa de Combate às Atividades Irregulares ou Ilegais no Município, com a atuação de policiais militares.

Vigência - 01 ano.  
 Data da assinatura - 12-11-13.  
 CONVÊNIO GSSP/ATP-130/13.  
 Processo GS 826/12

Partes Convenientes - O Estado de São Paulo, por sua Secretaria da Segurança Pública e pelo Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, e o Município de Conchas.

Objeto - Delegação de competências municipais de fiscalização e engenharia de trânsito, nos termos do artigo 25 da Lei 9.503/97, "Código de Trânsito Brasileiro".

Vigência - 05 anos.  
 Data da assinatura - 12-11-13.  
 CONVÊNIO GSSP/ATP-131/13.  
 Processo GS 529/13.

Partes Convenientes - O Estado de São Paulo, por sua Secretaria da Segurança Pública e pelo Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, e o Município de Holambra.

Objeto - Delegação de competências municipais de fiscalização e engenharia de trânsito, nos termos do artigo 25 da Lei 9.503/97, "Código de Trânsito Brasileiro".

Vigência - 05 anos.  
 Data da assinatura - 12-11-13.  
 CONVÊNIO GSSP/ATP-132/13.  
 Processo GS 580/13.

Partes Convenientes - O Estado de São Paulo, por sua Secretaria da Segurança Pública e pelo Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, e o Município de Mairinque.

Objeto - Delegação de competências municipais de fiscalização e engenharia de trânsito, nos termos do artigo 25 da Lei 9.503/97, "Código de Trânsito Brasileiro".

Vigência - 05 anos.  
 Data da assinatura - 12-11-13.  
 CONVÊNIO GSSP/ATP-133/13.  
 Processo Protocolo ATP GS 3550/13.

Partes Convenientes - O Estado de São Paulo, por sua Secretaria da Segurança Pública e o Município de Santa Gertrudes.

Objeto - Execução de serviço de prevenção e extinção de incêndios, busca e salvamento e outros, que por sua natureza, insiram-se no âmbito de atuação do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar.

Vigência - 30 anos.  
 Data da assinatura - 12-11-13.  
 CONVÊNIO GSSP/ATP-134/13.  
 Processo GS 1031/12.

Partes Convenientes - O Estado de São Paulo, por sua Secretaria da Segurança Pública e pelo Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, e o Município de São Manuel.  
 Objeto - Delegação de competências municipais de fiscalização e engenharia de trânsito, nos termos do artigo 25 da Lei 9.503/97, "Código de Trânsito Brasileiro".

Vigência - 05 anos.  
 Data da assinatura - 12-11-13.

### GRUPOS SETORIAIS DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS

#### Comunicado

Considerando:  
 a) As disposições do artigo 5º e do inciso III do artigo 29 da Lei Federal 8.666/1993;

b) Os termos do artigo 6º da Lei estadual 12.799/2008, "A necessidade de justificativa das alterações que tenham sido feitas na ordem cronológica dos pagamentos, conforme o inciso II do artigo 61 da Instrução 01/2008 - Área Estadual, do Tribunal de Contas do Estado.

Listamos, a seguir, o impedimento de pagamentos devido aos credores estatísticos registrados no CADIN Estadual, de modo a preservar a integridade da ordem cronológica a ser observada pela Unidade Gestora:

PDS a serem pagas  
 180001  
 Data: 12-11-2013

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
180101	2013PD01224	10.000,00
TOTAL		10.000,00

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
180124	2013PD00938	7.462,81
TOTAL		7.462,81

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
180134	2013PD00373	142.967,34
TOTAL		142.967,34

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
180154	2013PD03434	542,36
TOTAL		542,36

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
180156	2013PD03495	49,00
180156	2013PD03613	435,00
180156	2013PD03896	8.000,00
TOTAL		8.484,00

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
180158	2013PD06405	13.133,01
TOTAL		13.133,01

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
180172	2013PD00605	15.229,20
TOTAL		15.229,20

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
180199	2013PD00578	302.400,00
TOTAL		302.400,00

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
180279	2013PD00411	2.964,38
180279	2013PD00412	313,96
TOTAL		3.278,34

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
180319	2013PD00757	39,52
TOTAL		39,52

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
180157	2012PD02568	697,00
TOTAL		697,00

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
180172	2012PD00660	246,34
TOTAL		246,34

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
180216	2012PD02325	1.450,00
TOTAL		1.450,00

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
180363	2012PD01319	278,04
TOTAL		278,04

### POLÍCIA CIVIL DO ESTADO

### DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA DR. MAURÍCIO GUIMARÃES PEREIRA

#### Portaria DGP-40, de 12-11-2013

Estabelece normas para transmissão de dados pessoais, pelo CEP - Centro de Comunicações e Operações da Polícia Civil, quando solicitados por via rádio pelas unidades móveis ou viaturas policiais.

O Delegado Geral de Polícia, com fundamento no artigo 21 do Decreto 47.166, de 01-10-2002,

Considerando o rol de atribuições básicas conferidas ao Centro de Comunicações e Operações da Polícia Civil - CEPOL, pelos artigos 13, II do Decreto 39.948, de 8 de fevereiro de 1995 e 40 do Decreto 47.166, de 01-10-2002,

Considerando a necessidade irrevogável de zelar pela eficiência dos serviços policiais, à par de salvaguardar direitos fundamentais da pessoa, Determina:

Artigo 1º - Os policiais civis em exercício no CEPOL ou em qualquer unidade da Polícia Civil informarão ao policial civil solicitante o resultado completo do que for apurado na pesquisa sobre antecedentes criminais e demais dados pessoais.

Artigo 2º - Quando da recepção das informações, os policiais civis responsáveis deverão adotar as cautelas necessárias para preservação da eficiência dos serviços, bem como para impedir qualquer lesão a eventuais direitos das pessoas investigadas, de modo a elidir abusos e preservar a lisura da atuação policial.

Artigo 3º - A condução para averiguação e/ou legitimação das pessoas investigadas, até a unidade policial local, dar-se-á em caso de justificada dúvida quanto a sua verdadeira identidade de civil, observados os termos da Lei 12.037, de 01-10-2009 que regulamentou o artigo 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal ou para qualquer outro fim explícito em lei.

Artigo 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria DGP-8, de 28-03-2012.

### ACADEMIA DE POLÍCIA DR. CORIOLANO NOGUEIRA COBRA

### Secretaria de Cursos Complementares

#### Comunicado

O Delegado de Polícia Divisionário da Secretaria de Cursos Complementares da Academia de Polícia Comunica que o Curso de Especialização Sobre Interpretação Telefônica, cujo edital de inscrição foi publicado na página 8, do D.O. de 31-10-2013, foi suspenso com fundamento no art. 89 do Regulamento da Academia de Polícia, aprovado pela Resolução SSP-104/83.

#### Comunicado

O Delegado de Polícia Divisionário da Secretaria de Cursos Complementares da Academia de Polícia Comunica que o Curso de Especialização Sobre Interpretação Telefônica, cujo edital de inscrição foi publicado na página 12, do D.O. de 01-10-2013, foi suspenso com fundamento no art. 89 do Regulamento da Academia de Polícia, aprovado pela Resolução SSP-104/83.

### Comunicado

O Delegado de Polícia Professor Coordenador do Núcleo de Ensino Policial Civil em Ribeirão Preto - Deinter 3, através da Secretaria de Cursos Complementares da Academia de Polícia, torna pública a relação dos Policiais Civis que frequentaram e concluíram com aproveitamento o Curso de Especialização em Armamento e Tiro para Habilitação em Pistola Semiautomática - OP III - (Port. DGP-30/2010) - Turma 01/2013, no dia 05/11/13, das 14 às 17h na Sede do Núcleo de Ensino Policial Civil, nos dias 06 a 07-11-2013, das 9h às 16h30 e no dia 11-11-2013 das 9h às 12h, nas dependências do Clube de Tiro do Ribeirão Preto - localizado na Rodovia Cruz das Posses/Pontal Km-04, conforme segue:

NR	NOME	R.G.
1	Anselmo Carlos Mascarin	13.866.950-8
2	Claudio Hilário Pereira	16.440.931
3	Donato Luiz Caropesso Américo	29.297.980-0
4	Gilmar Ivan de Souza	17.615.537
5	Jefferson do Amaral Bressan	18.906.372-9
6	Luciene Aparecida Crico	23.641.289
7	Luís Francisco Grotta	11.520.448
8	Mônica Nascimento Lobato Carrijo	23.981.187-2
9	Paulo César Baptista	14.377.876
10	Raquel Aparecido Benedito Cardoso Cintra	24.807.020-2
11	Regiane Cintra Lamarca	22.899.054-3
12	Renata Alessandra dos Anjos	23.577.921-0

#### Observações:

Obtiveram frequência integral no período acima descrito, porém não alcançaram aproveitamento no curso:

Nº	NOME	RG
1	Ana Lucia Vilas Boas Cleto	18.488.342-8
2	Carlos Alberto Innocente	13.275.092
3	Ivoneci Aparecida de Freitas Romeiro	8.261.944
4	José Donizetti Vieira	12.238.627-9
5	Renata Cristina Trevisani Franchini	19.216.156
6	Roberval Maurilio Viana	17.979.922

#### Desistentes justificados:

Nº	NOME	RG
1	Carla Fernanda Gazetti	18.299.194
2	Normandina Lucera Elia Guimarães	13.342.722
3	Tânia Maria Leite Ribeiro Lima	20.401.634-4

#### Observação:

Tânia Maria Leite Ribeiro Lima RG- 24.401.634-4, frequência integral nos dias 05, 06 e 07-11-2013.

O Núcleo de Ensino Policial Civil, através da Secretaria de Cursos Complementares, não forneceu alojamento nem alimentação a nenhum dos concluintes.

#### Comunicado